Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20 de Setembro de 2006, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

13 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Loureiro*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Carvalho*. 1000307091

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 217/06.4TYVNG.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente: COMOVAL — Construtora Moderna de Valongo, L.ª

Presidente da comissão de credores: Banco Espírito Santo, S. A., e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, no dia 6 de Junho de 2006, pelas 13 horas e 44 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor COMOVAL — Construtora Moderna de Valongo, L.ª, número de identificação fiscal 502426292, Rua de Nossa Senhora da Conceição, 105, Campo, 4440-085 Valongo, com sede na morada indicada. São administradores do devedor:

António Joaquim Moreira de Almeida, Rua da Nossa Senhora da Conceição, 105, 4440-085 Campo, Valongo; e

Maria Cidália Soares da Cruz, residente na Rua de Nossa Senhora da Conceição, 105, 4440-085 Campo, Valongo;

a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeado Joaquim António da Silva Correia Ribeiro, residente na Rua do Rosmanino, 35, 1.º, 1.2, 4425-438 Maia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 9 de Outubro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de cinco dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

24 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Olívia Esteves Silva Loureiro*. — O Oficial de Justiça, *Susana Cruz*. 3000218132

ORGANISMOS AUTÓNOMOS

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

Éditos

Para cumprimento do artigo 23.º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovados pelo Decre-

to-Lei n.º 465/76, de 11 de Junho, correm éditos de 30 dias, a contar da publicação deste anúncio no *Diário da República*, convidando todas as pessoas que se julgarem com direito, nos termos do artigo 20.º, a receber os subsídios a seguir discriminados, a apresentarem, no referido prazo, os documentos comprovativos dos seus direitos:

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 14 309, João Santos Pires, nascido em 18 de Março de 1907 e falecido em 2 de Agosto de 2005.

€ 49,88, legado pela sócia n.º 14 790, Guilhermina Jesus Ferreira Santos Silva, nascida em 23 de Fevereiro de 1910 e falecida em 25 de Abril de 2005.

€ 59,86, legado pelo sócio n.º 14 888, José Eugénio Carvalho, nascido em 18 de Dezembro de 1911 e falecido em 18 de Outubro de 2005.

€ 74,82, legado pelo sócio n.º 16 059, Alberto Rosa, nascido em 16 de Novembro de 1911 e falecido em 1 de Novembro de 2005.

€ 199,52, legado pelo sócio n.º 16 462, António Domingos, nascido em 19 de Julho de 1913 e falecido em 17 de Janeiro de 2006.

€ 74,82, legado pelo sócio n.º 18 042, Álvaro Luís Cardoso Rolo, nascido em 27 de Junho de 1916 e falecido em 15 de Janeiro de 2005.

€ 199,52, legado pela sócia n.º 19 339, Delfina Magalhães Gomes Rocha, nascida em 4 de Agosto de 1912 e falecida em 4 de Julho de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 20 125, Joaquim Quintal, nascido em 24 de Novembro de 1919 e falecido em 7 de Abril de 2005.

€ 39,90, legado pelo sócio n.º 20 946, Fidélio Fernandes Brasão, nascido em 8 de Maio de 1913 e falecido em 5 de Abril de 2005.

€ 49,88, legado pelo sócio n.º 21 284, Maria Apolónia Rodrigues Dias, nascido em 9 de Fevereiro de 1914 e falecido em 1 de Maio de 2005.

€ 249,40, legado pelo sócio n.º 21 325, António Jerónimo Sousa Ferreira, nascido em 25 de Abril de 1922 e falecido em 6 de Abril de 2005.

€ 49,88, legado pelo sócio n.º 21 747, Joaquim Alberto Silva Matias, nascido em 23 de Junho de 1917 e falecido em 22 de Agosto de 2005.

€ 74,82, legado pelo sócio n.º 22 151, Cândido José Cerqueira Afonso, nascido em 17 de Novembro de 1921 e falecido em 20 de Julho de 2005.

€ 498,80, legado pelo sócio n.º 22 597, Manuel Maria Fernandes Santos, nascido em 26 de Julho de 1928 e falecido em 28 de Março de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 22 948, José Martins Simão, nascido em 4 de Julho de 1916 e falecido em 28 de Maio de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 23 067, Carlos António Quadros, nascido em 11 de Novembro de 1924 e falecido em 19 de Janeiro de 2005.

€ 748,20, legado pelo sócio n.º 23 146, Eduardo Alberto Monteiro Grilo, nascido em 19 de Março de 1913 e falecido em 22 de Fevereiro de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 23 356, António Veloso Santos Lopo, nascido em 12 de Novembro de 1925 e falecido em 11 de Maio de 2005.

€ 498,80, legado pelo sócio n.º 24 081, António Augusto Simões Branquinho Amaral Pereira, nascido em 18 de Novembro de 1918 e falecido em 27 de Março de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 24 442, Manuel Batista, nascido em 23 de Março de 1929 e falecido em 11 de Agosto de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 24 698, Fausto Matos Oliveira, nascido em 11 de Novembro de 1919 e falecido em 4 de Novembro de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 27 278, Manuel Francisco Nobre, nascido em 22 de Abril de 1919 e falecido em 25 de Agosto de 2005.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 27 530, José Pedro Agostinho, nascido em 15 de Abril de 1915 e falecido em 25 de Fevereiro de 2005.

€ 56,86, legado pelo sócio n.º 27 737, Augusto César Alves, nascido em 12 de Dezembro de 1929 e falecido em 26 de Fevereiro de 2005.

€ 498,80, legado pelo sócio n.º 28 089, Luís Gravanita Silva Franco, nascido em 10 de Novembro de 1926 e falecido em 20 de Janeiro de 2005.

€ 299,28, legado pelo sócio n.º 28 305, Luís Gonzaga Alves Cordeiro, nascido em 25 de Junho de 1927 e falecido em 15 de Março de 2005.

€ 748,20, legado pelo sócio n.º 28 861, José Luís Esteves Fonseca, nascido em 22 de Julho de 1925 e falecido em 22 de Outubro de 2005.

€ 36,41, legado pelo sócio n.º 29 050, António Carvalho Esteves, nascido em 16 de Novembro de 1920 e falecido em 11 de Junho de 2005.

€ 51,36, legado pelo sócio n.º 30 182, Humberto César Costa, nascido em 22 de Abril de 1926 e falecido em 24 de Janeiro de 2005.

€ 748,20, legado pelo sócio n.º 30 398, Adolfo António Máximo Corr Lacer Seixas Assis Teixeira, nascido em 19 de Janeiro de 1924 e falecido em 27 de Janeiro de 2006.

€ 99,76, legado pelo sócio n.º 30 708, Manuel Esteves Viseu, nascido em 6 de Janeiro de 1926 e falecido em 17 de Março de 2005.

1 de Outubro de 2006. — Pela Direcção, José Manuel Costa Melo Beirão.
3000218161

AUTARQUIAS

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL

Aviso

Dando cumprimento ao despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, declara-se que «[e]m cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 3.º, no presente concurso, o candidato com deficiência tem preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

1 — Assim, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração de 24 de Fevereiro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio de um técnico superior de 2.ª classe estagiário, área de engenharia biotecnológica, do quadro de pessoal da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, devidamente aprovado e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, apêndice n.º 110, de 21 de Julho 2003.

2 — O concurso é válido para a presente vaga.

3 — O local de trabalho é na Associação de Municípios da Ilha de São Miguel e o vencimento correspondente à categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o vencimento ilíquido fixado de € 1033,36 (índice 321, escalão 1), acrescido da remuneração complementar prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril, sendo-lhe aplicável, no que concerne a regalias sociais e condições de trabalho, o legalmente previsto para a administração local.

4 — Ao concurso poderão candidatar-se indivíduos que obedeam aos requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como possuir licenciatura em Engenharia Biotecnológica, de acordo alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Os conteúdos funcionais do cargo a prover são os inerentes à respectiva categoria.

6 — Na selecção dos concorrentes serão utilizados os seguintes métodos, cada um deles classificado de 0 a 20 valores:

- Prova de conhecimentos;
- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

6.1 — Prova de conhecimentos (PC), a qual visa avaliar, em prestação de prova escrita, os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos, exigíveis para o exercício da categoria a que se candidatam, sendo eliminatória para os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

O programa da prova e a legislação de apoio é a seguinte:

Resíduos — Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, e Portarias n.ºs 15/96, de 23 de Janeiro, e 209/2004, de 3 de Março;

Aterros — Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio;

Embalagens e resíduos de embalagens — Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, Portaria n.º 29-B/98, de 15 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho, e Directiva n.º 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro;

Lei de Bases do Ambiente — Lei n.º 11/87, de 7 de Abril;